

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

AVENIDA FERNANDES BASTOS, 30

TRAMANDAI - RS

05136614122 - CNPJ : 89.811.533/0001-67

secretaria@camaratramandai.rs.gov.br

www.camaratramandai.rs.gov.br

INSTITUIÇÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BALANÇO PATRIMONIAL
QUADRO PRINCIPAL
EXERCÍCIO : 2023
PERÍODO : DEZEMBRO

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	1.278.410,27	387.609,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.238.233,65	361.441,57
Créditos a Curto Prazo	327,38	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	39.849,24	26.167,51
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	1.278.410,27	387.609,08
Ativo Não Circulante	1.237.657,04	1.193.339,04
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	1.232.768,54	1.187.890,29
Intangível	4.888,50	5.448,75
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	1.237.657,04	1.193.339,04
TOTAL DO ATIVO	2.516.067,31	1.580.948,12
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante	219.826,80	288.180,79
Obrigações Trab.,Prev e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	41.743,52	38.743,52
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	103.001,30	7.011,72
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	726,98
Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	241.698,57
Demais Obrigações a Curto Prazo	75.081,98	0,00
Total do Passivo Circulante	219.826,80	288.180,79
Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Obrigações Trab.,Prev e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	2.295.294,10	1.292.767,33
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	2.295.294,10	1.292.767,33
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	2.295.294,10	1.292.767,33
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.515.120,90	1.580.948,12

Nota Explicativa: ANEXO 14 (01.12.2023 a 31.12.2023)

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021 Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Ipsas 1). As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade devem ser tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Balanço Patrimonial 14 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Base: tramandai_ecidade_prod

Contabilidade>Demonstrações contábeis do DCASP>Bal con2_balancopatrimonial.php Emissor: Marcos Dalpiaz De Borba Exerc: 2023 Data: 31-12-2023 - 16:05:39

Pág 1/5



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVENIDA FERNANDES BASTOS, 30

TRAMANDAI - RS

05136614122 - CNPJ : 89.811.533/0001-67

secretaria@camaratramandai.rs.gov.br

www.camaratramandai.rs.gov.br

INSTITUIÇÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BALANÇO PATRIMONIAL
QUADRO PRINCIPAL
EXERCÍCIO : 2023
PERÍODO : DEZEMBRO

PREVISÕES

a) Os valores de Pessoal a Pagar referem-se às provisões (apropriação) de férias e licenças-prêmio; tratam-se de despesas futuras para o(s) próximo(s) 12 meses.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

b) Os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se às disponibilidades financeiras aplicadas em curto prazo e depósitos bancários na conta corrente com risco insignificante de mudanças de valores, que estão à disposição da Administração, que no caso do mês de DEZEMBRO/2023 que permaneceu aplicado na integralidade. Valores de até 90 dias aplicados.

RESTOS A PAGAR

c) Dos Retos a Pagar de 2022 no valor de R\$ 8.083,37 (PROCESSADOS), R\$ 112.004,30 (NÃO-PROCESSADOS) e Extraorçamentários de R\$ 31.799,51 totalizando R\$ 151.887,18 que foram pagos em sua totalidade não havendo cancelamentos.

c.1) Os Restos a Pagar de 2023 resultaram em R\$ 1.060.150,37 em Não Processados, R\$ 103.001,30 Processados e R\$ 72.150,58 Extraorçamentários.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

MÓVEIS

O setor de patrimônio do legislativo fornece em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações bem como as baixas de bens inservíveis.

Os Bens Móveis e Imóveis estão com seus valores atualizados no que se refere à depreciação inicialmente pelo método cotas constantes ajustando-se a fórmula de cálculo incluindo o valor residual (10%) e o valor da vida útil foi estabelecido pela empresa Web Avaliações em 2014. Os terrenos foram apenas atualizados monetariamente.

O valor inicial do Imobilizado em 01.01.2023 era de R\$ 1.187.890,29 e terminou o ano em R\$ 1.232.768,54 ocorrendo um acréscimo de R\$ 44.878,25.

Porém há de se considerar que o valor de R\$ 98.768,78 refere-se às obras em andamento e tais valores serão agregados ao valor do prédio da sede da câmara assim que se concluir a obra prevista para 30.06.2024.

INTANGÍVEL

São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou desenvolvimento, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Neste legislativo, trata-se apenas de softwares (word, excel e Windows).

Entre 01.01.2023 e 31.12.2023 houve uma diminuição do valor em R\$ 560,25, isto devido a amortização ocorrida durante o exercício e a não aquisição de novos softwares.

ESTOQUES

O valor dos estoques o final do mês de DEZEMBRO/2023 na contabilidade soma R\$ 39.849,24 em materiais de consumo, o que coincide com o valor final do setor de almoxarifado.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVENIDA FERNANDES BASTOS, 30
TRAMANDAI - RS
05136614122 - CNPJ : 89.811.533/0001-67
secretaria@camaratramandai.rs.gov.br
www.camaratramandai.rs.gov.br

INSTITUIÇÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BALANÇO PATRIMONIAL
QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E
PERMANENTES
(Lei nº 4.320/1964)
EXERCÍCIO : 2023
PERÍODO : DEZEMBRO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo(I)	2.516.067,31	1.580.948,12
Ativo Financeiro	1.238.233,65	361.441,57
Ativo Permanente	1.277.833,66	1.219.506,55
Total do Ativo	2.516.067,31	1.580.948,12
Passivo(II)	1.279.977,17	400.185,09
Passivo Financeiro	1.238.233,65	361.441,57
Passivo Permanente	41.743,52	38.743,52
Total do Passivo	1.279.977,17	400.185,09
Saldo Patrimonial(III) = (I - II)	1.236.090,14	1.180.763,03

Nota Explicativa: ANEXO 14 (01.12.2023 a 31.12.2023)

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021 Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Ipsas 1). As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade devem ser tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Balanço Patrimonial 14 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

PREVISÕES

a) Os valores de Pessoal a Pagar referem-se às provisões (apropriação) de férias e licenças-prêmio; tratam-se de despesas futuras para o(s) próximo(s) 12 meses.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

b) Os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se às disponibilidades financeiras aplicadas em curto prazo e depósitos bancários na conta corrente com risco insignificante de mudanças de valores, que estão à disposição da Administração, que no caso do mês de DEZEMBRO/2023 que permaneceu aplicado na integralidade. Valores de até 90 dias aplicados.

RESTOS A PAGAR

c) Dos Retos a Pagar de 2022 no valor de R\$ 8.083,37 (PROCESSADOS), R\$ 112.004,30 (NÃO-PROCESSADOS) e Extraorçamentários de R\$ 31.799,51 totalizando R\$ 151.887,18 que foram pagos em sua totalidade não havendo cancelamentos.
c.1) Os Restos a Pagar de 2023 resultaram em R\$ 1.060.150,37 em Não Processados, R\$ 103.001,30 Processados e R\$ 72.150,58 Extraorçamentários.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

MÓVEIS

O setor de patrimônio do legislativo fornece em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações bem como as baixas de bens inservíveis.

Os Bens Móveis e Imóveis estão com seus valores atualizados no que se refere à depreciação inicialmente pelo método cotas constantes ajustando-se a fórmula de cálculo incluindo o valor residual (10%) e o valor da vida útil foi estabelecido pela empresa Web Avaliações em 2014. Os terrenos foram apenas atualizados monetariamente.

O valor inicial do Imobilizado em 01.01.2023 era de R\$ 1.187.890,29 e terminou o ano em R\$ 1.232.768,54 ocorrendo um acréscimo de R\$ 44.878,25.

Porém há de se considerar que o valor de R\$ 98.768,78 refere-se às obras em andamento e tais valores serão agregados ao valor do prédio da sede da câmara assim que se concluir a obra prevista para 30.06.2024.

INTANGÍVEL

São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou desenvolvimento, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Neste legislativo, trata-se apenas de softwares (word, excel e Windows).

Entre 01.01.2023 e 31.12.2023 houve uma diminuição do valor em R\$ 560,25, isto devido a amortização ocorrida durante o exercício e a não aquisição de novos softwares.

ESTOQUES

O valor dos estoques o final do mês de DEZEMBRO/2023 na contabilidade soma R\$ 39.849,24 em materiais de consumo, o que coincide com o valor final do setor de almoxarifado.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVENIDA FERNANDES BASTOS, 30
TRAMANDAI - RS
05136614122 - CNPJ : 89.811.533/0001-67
secretaria@camaratramandai.rs.gov.br
www.camaratramandai.rs.gov.br

INSTITUIÇÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BALANÇO PATRIMONIAL
QUADRO DE CONTAS DE COMPENSAÇÃO
(Lei nº 4.320/1964)
EXERCÍCIO : 2023
PERÍODO : DEZEMBRO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos	1.788.041,40	461.942,92
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	1.788.041,40	461.942,92
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	1.788.041,40	461.942,92

Nota Explicativa: ANEXO 14 (01.12.2023 a 31.12.2023)

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021 Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Ipsas 1). As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade devem ser tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Balanço Patrimonial 14 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

PREVISÕES

a) Os valores de Pessoal a Pagar referem-se às provisões (apropriação) de férias e licenças-prêmio; tratam-se de despesas futuras para o(s) próximo(s) 12 meses.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

b) Os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se às disponibilidades financeiras aplicadas em curto prazo e depósitos bancários na conta corrente com risco insignificante de mudanças de valores, que estão à disposição da Administração, que no caso do mês de DEZEMBRO/2023 que permaneceu aplicado na integralidade. Valores de até 90 dias aplicados.

RESTOS A PAGAR

c) Dos Retos a Pagar de 2022 no valor de R\$ 8.083,37 (PROCESSADOS), R\$ 112.004,30 (NÃO-PROCESSADOS) e Extraorçamentários de R\$ 31.799,51 totalizando R\$ 151.887,18 que foram pagos em sua totalidade não havendo cancelamentos.

c.1) Os Restos a Pagar de 2023 resultaram em R\$ 1.060.150,37 em Não Processados, R\$ 103.001,30 Processados e R\$ 72.150,58 Extraorçamentários.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

MÓVEIS

O setor de patrimônio do legislativo fornece em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações bem como as baixas de bens inservíveis.

Os Bens Móveis e Imóveis estão com seus valores atualizados no que se refere à depreciação inicialmente pelo método cotas constantes ajustando-se a fórmula de cálculo incluindo o valor residual (10%) e o valor da vida útil foi estabelecido pela empresa Web Avaliações em 2014. Os terrenos foram apenas atualizados monetariamente.

O valor inicial do Imobilizado em 01.01.2023 era de R\$ 1.187.890,29 e terminou o ano em R\$ 1.232.768,54 ocorrendo um acréscimo de R\$ 44.878,25.

Porém há de se considerar que o valor de R\$ 98.768,78 refere-se às obras em andamento e tais valores serão agregados ao valor do prédio da sede da câmara assim que se concluir a obra prevista para 30.06.2024.

INTANGÍVEL

São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou desenvolvimento, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Neste legislativo, trata-se apenas de softwares (word, excel e Windows).

Entre 01.01.2023 e 31.12.2023 houve uma diminuição do valor em R\$ 560,25, isto devido a amortização ocorrida durante o exercício e a não aquisição de novos softwares.

ESTOQUES

O valor dos estoques o final do mês de DEZEMBRO/2023 na contabilidade soma R\$ 39.849,24 em materiais de consumo, o que coincide com o valor final do setor de almoxarifado.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVENIDA FERNANDES BASTOS, 30
TRAMANDAI - RS
05136614122 - CNPJ : 89.811.533/0001-67
secretaria@camaratramandai.rs.gov.br
www.camaratramandai.rs.gov.br

INSTITUIÇÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BALANÇO PATRIMONIAL
QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
(Lei nº 4.320/1964)
EXERCÍCIO : 2023
PERÍODO : DEZEMBRO

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECURSO LIVRE	362.318,46	0,00
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA - RETENÇÕES	260.621,88	0,00
Total das Fontes de Recursos	622.940,34	0,00

Nota Explicativa: ANEXO 14 (01.12.2023 a 31.12.2023)

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021 Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Ipsas 1). As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade devem ser tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Balanço Patrimonial 14 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

PREVISÕES

a) Os valores de Pessoal a Pagar referem-se às provisões (apropriação) de férias e licenças-prêmio; tratam-se de despesas futuras para o(s) próximo(s) 12 meses.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

b) Os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se às disponibilidades financeiras aplicadas em curto prazo e depósitos bancários na conta corrente com risco insignificante de mudanças de valores, que estão à disposição da Administração, que no caso do mês de DEZEMBRO/2023 que permaneceu aplicado na integralidade. Valores de até 90 dias aplicados.

RESTOS A PAGAR

c) Dos Retos a Pagar de 2022 no valor de R\$ 8.083,37 (PROCESSADOS), R\$ 112.004,30 (NÃO-PROCESSADOS) e Extraorçamentários de R\$ 31.799,51 totalizando R\$ 151.887,18 que foram pagos em sua totalidade não havendo cancelamentos.

c.1) Os Restos a Pagar de 2023 resultaram em R\$ 1.060.150,37 em Não Processados, R\$ 103.001,30 Processados e R\$ 72.150,58 Extraorçamentários.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

MÓVEIS

O setor de patrimônio do legislativo fornece em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações bem como as baixas de bens inservíveis.

Os Bens Móveis e Imóveis estão com seus valores atualizados no que se refere à depreciação inicialmente pelo método cotas constantes ajustando-se a fórmula de cálculo incluindo o valor residual (10%) e o valor da vida útil foi estabelecido pela empresa Web Avaliações em 2014. Os terrenos foram apenas atualizados monetariamente.

O valor inicial do Imobilizado em 01.01.2023 era de R\$ 1.187.890,29 e terminou o ano em R\$ 1.232.768,54 ocorrendo um acréscimo de R\$ 44.878,25.

Porém há de se considerar que o valor de R\$ 98.768,78 refere-se às obras em andamento e tais valores serão agregados ao valor do prédio da sede da câmara assim que se concluir a obra prevista para 30.06.2024.

INTANGÍVEL

São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou desenvolvimento, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Neste legislativo, trata-se apenas de softwares (word, excel e Windows).

Entre 01.01.2023 e 31.12.2023 houve uma diminuição do valor em R\$ 560,25, isto devido a amortização ocorrida durante o exercício e a não aquisição de novos softwares.

ESTOQUES

O valor dos estoques o final do mês de DEZEMBRO/2023 na contabilidade soma R\$ 39.849,24 em materiais de consumo, o que coincide com o valor final do setor de almoxarifado.

Prefeito

Contadoria

Secretaria da Fazenda